

## **ÍNDICE**

<b>I - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>2</b>
<b>Nota prévia .....</b>	<b>2</b>
<b>Estrutura política .....</b>	<b>2</b>
<b>Enquadramento Macroeconómico .....</b>	<b>3</b>
<b>Síntese de Resultados .....</b>	<b>4</b>
<b>II - RELATÓRIO FINANCEIRO .....</b>	<b>5</b>
<b>ANÁLISE ORÇAMENTAL .....</b>	<b>5</b>
<b>Principais evidências .....</b>	<b>5</b>
<b>Equilíbrio orçamental .....</b>	<b>6</b>
<b>Análise da Despesa .....</b>	<b>8</b>
<b>Análise da Receita .....</b>	<b>17</b>
<b>Movimentos de Tesouraria .....</b>	<b>22</b>
<b>SITUAÇÃO ECONÓMICA-FINANCEIRA .....</b>	<b>25</b>
<b>Análise ao Balanço .....</b>	<b>25</b>
<b>Análise da Demonstração dos Resultados .....</b>	<b>28</b>
<b>Dívida .....</b>	<b>29</b>
<b>Proposta de Aplicação de Resultados .....</b>	<b>32</b>
<b>III – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>34</b>
<b>IV – ANEXO I_ .....</b>	<b>51</b>

## **I – INTRODUÇÃO**

### **Nota Prévia**

Conforme o estipulado na alínea j) do n.º 1 do art.º 35.º da lei 75/2013, de 12 de setembro, são competências do Presidente da Câmara Municipal, submeter à aprovação da câmara municipal e à apreciação e votação da assembleia municipal, os documentos de prestação de contas.

Em cumprimento do disposto no n.º 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2015, que procura refletir as origens das receitas e despesas do Município de Fornos de Algodres, bem como uma análise relativamente à sua situação económica e financeira.

### **Estrutura Política**

A composição política dos órgãos municipais não sofreu qualquer alteração em relação ao ano transato, mantendo a seguinte composição:

Presidente – António Manuel Pina Fonseca – PS

Vice-Presidente – Rita Isabel Almeida Silva – PS (Independente)

Vereador – Alexandre Filipe Fernandes Lote - PS

Vereador – João Carlos Paulo Nunes Felício da Costa – PSD

Vereador – José Fernando Almeida Tomaz – PSD

## **Enquadramento Macroeconómico**

As projeções para a economia portuguesa apontam para a continuação da recuperação gradual da atividade económica ao longo do período 2015/2017. Esta evolução traduziu-se num crescimento médio anual do PIB de 1,5% em 2015, prevendo-se um crescimento de 1,7 e 1,8 por cento em 2016 e 2017, respetivamente, o que configura um dinamismo da atividade próximo do projetado pelo Banco Central Europeu (BCE) para a zona euro.

O setor privado registou um crescimento médio anual de 2,6 por cento, enquanto a atividade no setor público, deverá estabilizar em 2016 e 2017. O Valor Acrescentado Bruto (VAB) deverá apresentar uma recuperação moderada ao longo do horizonte, após um aumento de 0,6 por cento em 2014. Neste contexto, verificou-se uma recuperação do VAB na agricultura, na indústria transformadora e nos serviços, favorecida pelo aumento das exportações de bens e serviços e pela recuperação da procura interna.

O consumo privado cresceu 2,7 por cento em 2015, e deverá desacelerar para 1,8 por cento em 2016 e 1,7 por cento em 2017, situando-se no final do horizonte de projeção num nível próximo do observado antes da crise financeira.

As exportações de bens e serviços fixaram-se num crescimento em 2015 de 5,1 por cento, prevendo-se um crescimento de 3,3 e 5,1 por cento em 2016 e 2017.

A capacidade de financiamento da economia portuguesa, medida pelo saldo conjunto da balança corrente e de capital deverá permanecer ligeiramente superior a 2 por cento do PIB ao longo do horizonte de projeção. A manutenção da capacidade de financiamento da economia resulta da conjugação de ligeiros aumentos das taxas de poupança e de investimento da economia.

Para a taxa de inflação projeta-se um aumento gradual, com aumento do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) de 1,1 e 1,6 %, respetivamente em 2016 e 2017.

## Síntese de Resultados

Em termos sintéticos destaca-se:

✓ O facto do Município de Fornos de Algodres apresentar uma taxa de execução, em termos de cobrança, do orçamento da receita de 91,68%, expurgadas as receitas extraordinárias;

✓ O aumento da receita corrente de 7,60% deve-se a um aumento das transferências correntes, que sofreram um aumento acentuado devido à adoção pelo Estado da nova redistribuição entre receitas correntes e receitas de capital, bem como do aumento dos impostos diretos nomeadamente do Imposto Municipal Sobre Imóveis e Imposto Municipal Sobre Transmissões Onerosas de Imóveis.

✓ A receita de capital é inferior, em 6,04%, relativamente a 2014, ou seja, cerca de 26.276,68€, fundamentalmente pela variação negativa, das transferências de capital devido à adoção pelo Estado da nova redistribuição entre receitas correntes e de capital.

✓ O acréscimo das despesas com pessoal em 1,9% deveu-se à reposição salarial de salários superiores a 1.500,00€, à indemnização por cessação de funções por mútuo acordo e ao aumento da taxa da segurança social em 0,4%.

✓ A diminuição de 14,2% face ao ano transato na aquisição de bens e serviços, o que totaliza 207.940,73€;

✓ A diminuição de outras despesas correntes totaliza 2.380,55€, que em termos percentuais representa um decréscimo de 22,40%.

✓ A redução da dívida de médio e longo prazo foi de 1.350.477,87€;

Na ótica patrimonial destaca-se o resultado líquido do exercício de 52.064,25€.

Por fim, uma nota para os recursos humanos que, superou a meta de 2% de redução de pessoal, imposta pela Lei do Orçamento de Estado 2015.

O artigo 65.º da Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro determina em termos de redução de trabalhadores nas autarquias locais, no mínimo, em 2 % o número de trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2014 o Município de Fornos de Algodres registava um total de 95 colaboradores.

Em 31 de dezembro de 2015 o número de colaboradores do Município de Fornos de Algodres fixava-se em 91.

## II – RELATÓRIO FINANCEIRO

### ANÁLISE ORÇAMENTAL

#### 1. Principais Evidências

**Quadro 1 - Indicadores**

Indicador	2012	2013	2014	2015
<b>Receita</b>				
Crescimento da receita total	-20,58%	6,94%	-13,39%	7,48%
Receitas correntes / Receitas Totais	66,44%	86,56%	91,96%	92,07%
Crescimento das receitas correntes	-0,08%	1,39%	-7,98%	7,60%
Receitas Fiscais / Receitas correntes	12,00%	10,00%	13,21%	13,88%
Receitas correntes executadas / Receitas correntes orçadas	92,20%	94,27%	90,80%	93,26%
<b>Despesa</b>				
Crescimento da despesa total	-21,73%	10,17%	13,74%	2,59%
Despesas correntes / Despesa total	80,63%	74,22%	74,38%	68,01%
Crescimento das despesas correntes	-10,47%	1,42%	-13,55%	-6,20%
Despesas com pessoal / Despesas correntes	33,69%	36,45%	42,78%	46,77%
Despesas com Aquisição de bem e serviços / Despesas correntes	40,44%	43,77%	36,21%	33,12%
Despesas correntes executadas / Despesas correntes orçadas	97,17%	95,51%	87,84%	87,40%
<b>Equilíbrio orçamental e Dívida</b>				
Saldo corrente / Receitas correntes	-19,01%	13,37%	18,62%	29,06%
Serviço da dívida / Receitas correntes	24,38%	17,15%	40,22%	37,53%

Os rácios orçamentais registam, em 2015, um acréscimo da receita total em 7,48% e a despesa total aumentou em cerca de 2,59%, o que reflete um superavit no controlo orçamental.

As receitas fiscais e as transferências correntes continuam a ser as receitas com peso mais significativo nas receitas correntes do Município de Fornos de Algodres, revelando-se como as receitas que mais contribuíram para o acréscimo das receitas correntes, quando comparadas com o ano de 2014.

Ao nível das despesas totais do Município de Fornos de Algodres verifica-se, no ano em apreço, um ligeiro aumento de 2,59% por força do aumento das despesas de capital no valor 391.714,68€.

As despesas com pessoal registaram um acréscimo face a 2014 devido ao aumento dos gastos com a reposição de salários superiores a 1.500,00€, à indemnização por cessação de funções por mútuo acordo e ao aumento da taxa da segurança social em 0,4%

A taxa de execução da receita corrente do Município, bem como a taxa de execução da despesa corrente, rondou os 90%.

O aumento do saldo corrente em 2015, associado a um aumento das receitas correntes, faz com que o rácio que lhe está associado aumente face ao ano anterior.

A diminuição do rácio associado ao serviço da dívida em 2015 resulta, do aumento das receitas correntes.

## 2. Equilíbrio Orçamental

### 2.1. Equilíbrio Corrente

**Quadro 2 – Poupança Corrente do Exercício**

Designação	2015	2014	Variação
	€	€	14-15
Receita corrente executada	5 349 282	4 971 259	7,60%
Despesa corrente executada	3 794 649	4 045 675	-6,20%
<b>Poupança corrente executada</b>	<b>1 554 633</b>	<b>925 584</b>	<b>67,96%</b>
Dívida corrente transitada da gerência anterior	99 557	127 584	-21,97%
Dívida corrente transitada para a gerência seguinte	-278 271	-191 869	45,03%
Receita corrente liquidada e não cobrada no exercício	43 068	41 901	2,79%
<b>Poupança corrente do exercício</b>	<b>1 418 987</b>	<b>903 200</b>	<b>-57,11%</b>

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. Tal facto verificou-se no exercício do ano 2015.

A poupança corrente bruta acrescida dos movimentos das dívidas correntes transitadas e a transitar bem como da receita corrente liquidada e não cobrada no exercício, permite-nos obter a poupança corrente do exercício que, em 2015, é de 1.418.987 euros.

## 2.2. Equilíbrio Efetivo

**Quadro 3 – Saldo Global Efetivo**

<b>Designação</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>Variação</b>
	<b>€</b>	<b>€</b>	<b>14-15</b>
Receitas Correntes	5 349 282	4 971 259	7,60%
Receitas de capital (Efetivas)	408 448	434 725	-6,04%
<b>Receita efetiva</b>	<b>5 757 730</b>	<b>5 405 984</b>	<b>6,51%</b>
Despesas correntes	3 794 649	4 045 675	-6,20%
Despesas de capital (efetivas)	1 785 133	1 393 418	28,11%
<b>Despesa efetiva</b>	<b>5 579 781</b>	<b>5 439 093</b>	<b>2,59%</b>
Saldo corrente	1 554 633	925 584	-67,96%
Saldo de capital	-1 376 685	-958 693	43,60%
<b>Saldo global efetivo</b>	<b>177 949</b>	<b>-33 109</b>	<b>-637,46%</b>

Ao apresentar-se no início do ano económico de 2015 uma receita efetiva de 6.280.500,00€ e uma despesa efetiva de igual valor, no final do ano o saldo global efetivo foi de 177.949,00€.

Verificou-se equilíbrio efetivo, sustentando todas as despesas efetivas (despesas excluídas dos ativos e dos passivos financeiros) por receitas efetivas (receitas com exclusão de ativos e passivos financeiros), em obediência à regra da boa gestão financeira e da proteção dos ativos patrimoniais.

### 3. Análise da Despesa

#### 3.1. Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa

**Quadro 4 – Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa Segundo a Natureza Económica**

Capítulos	Dotação Inicial	Alterações e revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor €	Reforços €	Deduções €	Valor €	Peso %	€	%
Despesas com pessoal	1 750 571	54 120	16 251	1 788 440	28,2%	37 869	2,2%
Aquisição de bens e serviços	1 347 831	427 931	18 740	1 757 022	27,7%	409 191	30%
Juros e outros encargos	725 100	11 601	58 403	678 298	10,7%	-46 802	-6%
Transferências correntes	76 806	26 000	0	102 806	1,6%	26 000	34%
Outras despesas correntes	12 101	3 200	0	15 301	0,2%	3 200	26%
<b>Despesas correntes</b>	<b>3 912 409</b>	<b>522 853</b>	<b>93 394</b>	<b>4 341 867</b>	<b>68,6%</b>	<b>429 458</b>	<b>11%</b>
Aquisição de bens de capital	567 020	163 056	212 554	517 522	8,2%	-49 498	-9%
Ativos Financeiros	45 702	0	0	45 702	0,7%	0	0%
Passivos financeiros	1 755 369	0	327 551	1 427 818	22,5%	-327 551	-19%
Outras despesas de capital	0	0	0	0	0,0%	0	#DIV/0!
<b>Despesas de capital</b>	<b>2 368 091</b>	<b>163 056</b>	<b>540 106</b>	<b>1 991 042</b>	<b>31,4%</b>	<b>-377 049</b>	<b>-16%</b>
<b>Total</b>	<b>6 280 500</b>	<b>685 909</b>	<b>633 500</b>	<b>6 332 909</b>	<b>100,0%</b>	<b>52 409</b>	<b>1%</b>

No decurso de 2015, registaram-se 12 modificações orçamentais e uma revisão orçamental.

As 12 alterações orçamentais no seu conjunto, não alteraram o valor global do orçamento, mas a revisão orçamental aumentou o orçamento inicial em 52.409,38€, devido à inserção do saldo da gerência anterior.



### 3.2. Execução Orçamental da Despesa

**Quadro 5 – Despesa por Classificação Económica**

Capítulos	Despesa Orçada € 1	Despesa comprometida /Realizada € 2	Despesa Paga € 3	Desvio € 4=3-1	Taxa de Execução % 5=3/1	Despesa realizada e não paga € 6=2-3
Despesas com pessoal	1 788 440	1 774 666	1 774 666	-13 774	99%	0
Aquisição de bens e serviços	1 757 022	1 529 331	1 256 927	-500 095	72%	272 404
Juros e outros encargos	678 298	663 110	657 293	-21 005	97%	5 817
Transferências correntes	102 806	97 551	97 501	-5 305	95%	50
Outras despesas correntes	15 301	8 261	8 261	-7 040	54%	0
<b>Despesas correntes</b>	<b>4 341 868</b>	<b>4 072 920</b>	<b>3 794 649</b>	<b>-547 219</b>	<b>87%</b>	<b>278 271</b>
Aquisição de bens de capital	517 522	405 127	388 953	-128 569	75%	16 174
Ativos Financeiros	45 702	45 702	45 702	0	100%	0
Passivos financeiros	1 427 818	1 350 478	1 350 478	-77 340	95%	0
<b>Despesas de capital</b>	<b>1 991 042</b>	<b>1 801 307</b>	<b>1 785 133</b>	<b>-205 909</b>	<b>90%</b>	<b>16 174</b>
<b>Total</b>	<b>6 332 909</b>	<b>5 874 227</b>	<b>5 579 781</b>	<b>-753 128</b>	<b>88%</b>	<b>294 446</b>

As despesas correntes pagas representaram 68% do total executado e as despesas de capital 32%.

Nas despesas correntes são as despesas com pessoal que têm maior peso logo seguidas das despesas com aquisição de bens e serviços. As aquisições de bens e serviços são as que, em termos absolutos, apresentam o maior desvio relativamente ao valor orçado. Em aquisição de bens e serviços, o desvio negativo de 500.095 euros. Em contrapartida, a dívida corrente a transitar para 2016 é de 278.271 euros.

Em termos de execução, o desvio mais significativo das despesas de capital está registado na rubrica, aquisição de bens de capital e apresentam um desvio negativo de 128.569 euros.

### 3.3. Evolução da Despesa

**Quadro 6 – Evolução da Despesa Global Realizada e Paga**

Capítulos	Pago 2015		Realizado 2015		Pago 2014			Realizado 2014		
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Variação	Valor	Peso	Variação
	€	%	€	%	€	%	14-15	€	%	14-15
Despesas com pessoal	1 774 666	31,8%	1 774 666	30,2%	1 730 587	31,8%	2,5%	1 730 997	30,7%	2,5%
Aquisição de bens e serviços	1 256 927	22,5%	1 529 331	26,0%	1 464 868	26,9%	-14,2%	1 655 608	29,4%	-7,6%
Juros e outros encargos	657 293	11,8%	663 110	11,3%	760 599	14,0%	-13,6%	760 635	13,5%	-12,8%
Transferências correntes	97 501	1,7%	97 551	1,7%	78 981	1,5%	23,4%	79 581	1,4%	22,6%
Outras despesas correntes	8 261	0,1%	8 261	0,1%	10 642	0,2%	-22,4%	10 723	0,2%	-23,0%
<b>Despesas correntes</b>	<b>3 794 649</b>	<b>68,0%</b>	<b>4 072 920</b>	<b>69,3%</b>	<b>4 045 677</b>	<b>74,4%</b>	<b>-6,2%</b>	<b>4 237 544</b>	<b>75,2%</b>	<b>-3,9%</b>
Aquisição de bens de capital	388 953	7,0%	405 127	6,9%	143 865	2,6%	170,4%	151 143	2,7%	168,0%
Ativos Financeiros	45 702	0,8%	45 702	0,8%	0	0,0%	N/A	0	0,0%	N/A
Passivos financeiros	1 350 478	24,2%	1 350 478	23,0%	1 249 553	23,0%	8,1%	1 249 553	22,2%	8,1%
<b>Despesas de capital</b>	<b>1 785 133</b>	<b>32,0%</b>	<b>1 801 307</b>	<b>30,7%</b>	<b>1 393 418</b>	<b>25,6%</b>	<b>28,1%</b>	<b>1 400 696</b>	<b>24,8%</b>	<b>28,6%</b>
<b>Total</b>	<b>5 579 781</b>	<b>100%</b>	<b>5 874 227</b>	<b>100,0%</b>	<b>5 439 095</b>	<b>100%</b>	<b>2,6%</b>	<b>5 638 240</b>	<b>100%</b>	<b>4,2%</b>

Em 2015 a despesa diminuiu 235.987 euros e a despesa paga diminuiu 140.686 euros face ao ano anterior. Da diferença entre a despesa realizada e a despesa paga em 2015 resulta uma dívida total a transitar para o ano de 2016 de 294.446 euros.

#### **Análise à Evolução da Estrutura da Despesa Corrente**

As despesas correntes realizadas em 2015 (4.072.920 euros) foram inferiores às de 2014 (4.237.544 euros) em cerca de 164.624 euros. Os valores realizados e os valores pagos diminuíram 3,9% e 6,2%, respetivamente.

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das despesas com pessoal e com aquisição de bens e serviços, que na despesa orçada representam 28,2% e 27,7% e na despesa paga representam 31,8% e 22,5% respetivamente.

No que respeita às despesas correntes é ainda de referir que nos juros e outros encargos, estão incluídos juros das despesas com os empréstimos de médio e longo prazo.

### Quadro 7 – Evolução da Despesa com Pessoal

Despesas com Pessoal	2015		2014		Variação	
	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %	14-15 €	%
<b>Remunerações certas e permanentes :</b>	<b>1 349 061</b>	<b>76,5%</b>	<b>1 309 609</b>	<b>75,7%</b>	<b>39 452</b>	<b>3,0%</b>
Titulares órgãos soberania e memb. Órgãos Autárquicos	117 099	6,6%	116 352	6,7%	747	0,6%
Pessoal dos quadros-Reg. Cont. indivi. de trabalho	888 083	50,3%	880 251	50,9%	7 832	0,9%
Pessoal contratado a termo	0	0,0%	2 420	0,1%	-2 420	-100,0%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	22 219	1,3%	4 804	0,3%	17 415	362,5%
Pessoal aguardando aposentação	435	0,0%	0	0,0%	435	100,0%
Pessoal em qualquer outra situação	0	0,0%	400	0,0%	-400	0,0%
Representação	23 633	1,3%	22 190	1,3%	1 443	6,5%
Suplementos e prémios	480	0,0%	3 057	0,2%	-2 577	-84,3%
Subsídio de refeição	106 989	6,1%	97 514	5,6%	9 475	9,7%
Subsídio de férias e Natal	173 839	9,9%	171 196	9,9%	2 643	1,5%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	16 283	0,9%	11 425	0,7%	4 858	42,5%
<b>Abonos variáveis ou eventuais:</b>	<b>24 626</b>	<b>1,4%</b>	<b>18 157</b>	<b>1,0%</b>	<b>6 469</b>	<b>35,6%</b>
Gratificações variáveis ou eventuais	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Horas extraordinárias	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Ajudas de Custo	2 826	0,2%	2 952	0,2%	-126	-4,3%
Abono para falhas	2 764	0,2%	2 672	0,2%	92	3,4%
Formação	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Subsídio de trabalho noturno	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Subsídio de turno	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Indemnizações por cessação de funções	14 643	0,0%	0	0,0%	14 643	100,0%
Outros suplementos e prémios	4 393	0,2%	12 533	0,7%	-8 140	-65,0%
Outros abonos em numerário ou espécie	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
<b>Segurança social:</b>	<b>390 444</b>	<b>22,1%</b>	<b>403 230</b>	<b>23,3%</b>	<b>-12 786</b>	<b>-3,2%</b>
Encargos com a saúde	64 198	3,6%	64 738	3,7%	-540	-0,8%
Outros encargos com a saúde	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Subsídio familiar a crianças e jovens	12 086	0,7%	11 090	0,6%	996	9,0%
Outras prestações familiares	2 515	0,1%	0	0,0%	2 515	0,0%
Contribuições para a segurança social	288 064	16,3%	279 876	16,2%	8 188	2,9%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0	0,0%	25 776	1,6%	-25 776	-

Outras pensões	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Seguros	23 580	1,3%	21 750	1,3%	1 830	8,4%
Outras despesas de segurança social	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>1 764 132</b>	<b>100,0%</b>	<b>1 730 996</b>	<b>100,0%</b>	<b>33 136</b>	<b>1,9%</b>

As despesas com pessoal apresentam, em 2015, uma variação de 33.136 euros relativamente ao ano anterior. À semelhança dos dois últimos anos, o ano de 2015 continuou a ser marcado por profundas alterações legislativas com repercussões em matéria de recursos humanos, designadamente a Lei do Orçamento do Estado para 2015.

A variação dos encargos com pessoal reflete-se com maior relevo no subagrupamento de remunerações certas e permanentes em resultado fundamentalmente, do aumento de “pessoal em regime de tarefa ou avença” e “subsídio de refeição” que representam um acréscimo no valor de 17.415€ e 9.475€ face ao ano 2014, justificando-se este acréscimo pelos 3 estagiários do Programa PEPAL 5.<sup>a</sup> Edição.

Nas despesas relacionadas com abonos variáveis ou eventuais, regista-se um acréscimo de 6.469€, relativamente a 2014, salientando-se um aumento na rubrica “Indemnizações por cessação de funções” no valor de 14.643€ e um decréscimo de 8.140€ na rubrica “Outros suplementos e prémios”.

No que respeita ao subagrupamento segurança social, verifica-se uma diminuição da rubrica de “Acidentes em serviço e doenças profissionais”.

### **Análise à Evolução da Estrutura da Despesa de Capital**

As despesas de capital, orçadas para 2015 (1.991.042 euros) foram superiores às de 2014 (1.448.813 euros) o que representa cerca de 37 % em termos percentuais.

Já no tocante às despesas pagas a variação foi de 396% e decorre essencialmente da variação das rubricas software informático e Investimentos Incorpóreos.

**Quadro 8 – Evolução das Despesas de Investimento Total**

Rubricas	2015	2014	Variação	
	Valor	Valor	14-15	
	€	€	€	%
<b>Habitacões</b>	<b>62 356,85</b>	<b>627,30</b>	<b>61 729,55</b>	<b>100%</b>
Reparação e Beneficiação	62 356,85	627,30	61 729,55	100%
<b>Edifícios</b>	<b>0,00</b>	<b>7 711,05</b>	<b>-7 711,05</b>	<b>-100%</b>
Instalações desportivas e recreativas	0,00	7 711,05	-7 711,05	N/A
Escolas	0,00	0,00	0,00	0%
Outros	0,00	0,00	0,00	0%
<b>Construções Diversas</b>	<b>95 866,06</b>	<b>61 643,55</b>	<b>34 222,51</b>	<b>56%</b>
Viadutos, arruamentos e obras complementares	38 683,93	50 161,50	-11 477,57	-23%
Iluminação Pública	20 950,47	9 760,05	11 190,42	115%
Cemitérios	0,00	0,00	0,00	0%
Sinalização e Trânsito	34 000,44	0,00	34 000,44	N/A
Outros	2 231,22	1 722,00	509,22	30%
<b>Equipamento de Informática</b>	<b>26 396,97</b>	<b>1 792,60</b>	<b>24 604,37</b>	<b>1373%</b>
<b>Software Informático</b>	<b>108 162,02</b>	<b>2 659,00</b>	<b>105 503,02</b>	<b>3968%</b>
<b>Equipamento administrativo</b>	<b>2 056,01</b>	<b>0,00</b>	<b>2 056,01</b>	<b>N/A</b>
<b>Equipamento básico</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0%</b>
Equipamento de recolha de resíduos	0,00	0,00	0,00	0%
Outro	0,00	0,00	0,00	0%
<b>Ferramenta e Utensílios</b>	<b>5 464,99</b>	<b>0,00</b>	<b>5 464,99</b>	<b>N/A</b>
<b>Investimentos incorpóreos</b>	<b>68 753,31</b>	<b>0,00</b>	<b>68 753,31</b>	<b>N/A</b>
<b>Outros Investimentos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0%</b>
<b>Total</b>	<b>369 056,21</b>	<b>74 433,50</b>	<b>294 622,71</b>	<b>396%</b>

Em termos do investimento global, o valor pago atingiu o montante 369.056,21 euros, que representa um acréscimo de 294.622,71 euros face a 2014, e resulta nomeadamente da aquisição de software informático.

### Quadro 9 – Fontes de Financiamento do Investimento Global do Município

Designação	2015		2014	
	Valor	Peso	Valor	Peso
	€	%	€	%
<b>Empréstimos Bancários</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Transferências de capital</b>	<b>408 434,12</b>	<b>100%</b>	<b>433 854,67</b>	<b>100%</b>
-Fundo de Equilíbrio Financeiro	384 410,00	94%	367 572,00	85%
-Fundos Comunitários	24 024,12	6%	66 282,67	15%
- Contratos de participação / Protocolos	0,00	0%	0,00	0%
<b>Receitas próprias</b>	0,00	0%	0,00	0%
<b>Investimento Pago</b>	<b>369 057,21</b>		<b>74 433,50</b>	

A principal fonte de financiamento do investimento autárquico foram transferências de capital.

No que respeita aos contratos de participação, o decréscimo relativamente ao ano anterior deve-se à inexistência de contratos programa.

### Quadro 10 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

Objetivo	Orçado	Realizado		Pago
	Valor	Valor	Taxa de Execução	Valor
	€	€	%	€
	(1)	(2)	(3)=(2)/(1)	(4)
Organização Municipal	192 427,07	166 731,51	86,65%	166 679,99
Ambiente e regeneração urbana	319 271,93	222 707,01	69,75%	222 272,82
Turismo	823,00	0,00	0,00%	0,00
Proteção Civil	5 000,00	0,00	0,00%	0,00
<b>Total</b>	<b>517 522,00</b>	<b>389 438,52</b>	<b>75,25%</b>	<b>388 952,81</b>

Tendo como referência os principais investimentos integrados na classificação por objetivos, verifica-se que a função de Ambiente e regeneração urbana, absorveu 222.272,82€ equivalente a 57% do investimento total.

Dos 222.272,82 euros aplicados no Ambiente e Regeneração Urbana, 62.356,85€ foram para a Manutenção de Edifícios Municipais, 34.000,44€ para Prevenção Rodoviária e 33.389,23 para Manutenção de Estradas Municipais.

### 3.3. Evolução da Despesa com Transferências, Subsídios e Outras Formas de Apoio Concedidos pelo Município de Fornos de Algodres

As transferências apresentam, relativamente aos valores realizados do ano anterior, um acréscimo de 18.090,57 euros, relativo a Contratos Programas com Associações do concelho.

As transferências correntes para as Instituições sem fins lucrativos em termos orçamentais, são classificados como subsídios.

**Quadro 11 – Estrutura das Transferências**

Transferências	2015				2014	
	Realizado		Pago		Realizado	
	€	%	€	%	€	%
<b>Transferências correntes</b>	<b>97 551,10</b>	<b>100,0%</b>	<b>97 501,10</b>	<b>100,0%</b>	<b>79 460,53</b>	<b>100,0%</b>
Freguesias	35 561,43	36,5%	35 561,43	36,5%	47 185,01	59,4%
Instituições sem fins lucrativos	60 291,67	61,8%	60 241,67	61,8%	32 275,52	40,6%
Outras	1 698,00	1,7%	1 698,00	1,7%	120,00	0,2%
<b>Transferências de Capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>
Freguesias	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
<b>Total</b>	<b>97 551,10</b>	<b>100%</b>	<b>97 501,10</b>	<b>100%</b>	<b>79 460,53</b>	<b>100%</b>

### Quadro 12 – Transferências para as Freguesias

Freguesias	Recenseamento Eleitoral / Eleições	Contratos Programa Educação Pré - Escolar	Apoio á Atividade das Freguesias	Total
	€	€	€	€
Algodres	312,38	0,00	2 338,40	<b>2 650,78</b>
Casal Vasco	309,58	0,00	1 473,52	<b>1 783,10</b>
Figueiró da Granja	313,28	0,00	2 672,46	<b>2 985,74</b>
Fornos de Algodres	597,35	0,00	3 537,35	<b>4 134,70</b>
Infias	309,54	0,00	626,93	<b>936,47</b>
Maceira	310,20	0,00	1 880,79	<b>2 190,99</b>
Matança	310,38	0,00	3 150,67	<b>3 461,05</b>
Muxagata	310,96	0,00	2 320,10	<b>2 631,06</b>
Queiriz	311,24	0,00	2 514,59	<b>2 825,83</b>
União Cortiçô e Vila Chã	572,23	0,00	1 862,49	<b>2 434,72</b>
União Juncais, Vila Ruiva e Vila Soeiro	845,68	0,00	4 704,26	<b>5 549,94</b>
União Sobral Pichorro e Fuinhas	574,69	0,00	3 402,36	<b>3 977,05</b>
<b>Total</b>	<b>5 077,51</b>	<b>0,00</b>	<b>30 483,92</b>	<b>35 561,43</b>

As transferências para as Juntas de Freguesia que correspondem a 35.561,43€ e decorrem sobretudo do apoio à atividade das freguesias (delegação de competências às freguesias).

### Quadro 13 – Transferências por Entidades

Entidade	2015	2014	Variação 14-15	
	€	€	€	%
<b>Associações</b>				
ADSI - Associação Distrital Soc. De Informação	0,00	610,12	-610,12	-100,0%
Associação Human. Bombeiros Voluntários FAG	15 276,67	3 273,00	12 003,67	466,7%
Associação Desportiva de Fornos de Algodres	12 200,00	8 000,00	4 200,00	152,5%
Associação Recreativa e Cult. Figueiró da Granja	50,00	0,00	50,00	N/A
APROFFAL	0,00	2 170,93	-2 170,93	0,0%
Associação Académica de Coimbra	0,00	100,00	-100,00	0,0%
Associação de Pais e Enc. Educação da Escola EB 2,3/S Fornos de Algodres	0,00	300,00	-300,00	0,0%
Associação de Promoção Social, Recreativa e Desportiva de Vila Ruiva	100,00	200,00	-100,00	50,0%
A.V.S.C. - Associação Social, Cultural e Recreativa de Vila Soeiro do Chão	50,00	0,00	50,00	N/A
Associação para o Desenvolvimento Muxagata	1 050,00	0,00	1 050,00	N/A
Santa Casa da Misericórdia de Fornos de Algodres	8 600,00	0,00	8 600,00	N/A
<b>Subtotal</b>	<b>37 326,67</b>	<b>14 654,05</b>	<b>12 972,62</b>	<b>154,7%</b>



Entidade	2015	2014	Variação 14-15	
	€	€	€	%
<b>Outros</b>				
Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres	3 075,00	2 417,50	657,50	27,2%
Fábrica Igreja Paroquial de Fornos de Algodres	10 000,00	10 100,00	-100,00	-1,0%
Liga dos Amigos de Figueiró da Granja	9 840,00	135,00	9 705,00	7188,9%
Centro Alcoólicos Recuperados da Guarda	0,00	100,00	-100,00	0,0%
Club Football Lusitânia de Fornos	0,00	750,00	-750,00	0,0%
Grupo de amigos da Terra do Vasco	0,00	3 488,97	-3 488,97	0,0%
Confraria do Cão da Serra da Estrela	0,00	30,00	-30,00	0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>22 915,00</b>	<b>17 021,47</b>	<b>5 893,53</b>	<b>34,6%</b>
<b>Total</b>	<b>60 241,67</b>	<b>31 675,52</b>	<b>18 866,15</b>	<b>90,2%</b>

As transferências para Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres totalizam 15.276,67€ (25,36%), para Associação Desportiva de Fornos de Algodres totalizam 12.200,00€ (20,25%), para a Fabrica da Igreja Paroquial de Fornos de Algodres 10.000,00 (16,60%), que representam 62,21% do total transferências atribuídas entre todas as entidades beneficiadas.

#### 4. Análise da Receita

##### 4.1. Alterações e Revisões Orçamentais da Receita

**Quadro 12 – Alteração e Origem do Decréscimo da Dotação**

Designação	Orçamento Inicial	Modificações	Orçamento Final
	€		€
Receitas Correntes	5 735 388	0	5 735 388
Receitas de Capital	543 612	0	543 612
Outras Receitas	1 500	0	1 500
Saldo da Gerência Anterior	0	52 409	52 409
<b>Total</b>	<b>6 280 500</b>	<b>52 409</b>	<b>6 332 909</b>

A comparação entre o orçamento inicial e final permite aferir da capacidade financeira da sua execução, em face do volume de receitas efetivamente arrecadado.

## 4.2. Execução Orçamental da Receita

**Quadro 13 – Receita Orçada, Liquidada e Cobrada por Classificação Económica**

Designação	Orçado € (1)	Liquidado € (2)	Cobrado € (3)	Desvio € (4)=(3)-(1)	Taxa de Execução (5)=(3)/(1)
Impostos Diretos	789 000,00	745 392,41	742 658,60	-46 341,40	94,13%
Impostos Indiretos	4 402,00	784,57	699,21	-3 702,79	15,88%
Taxas, multas e outras penalidades	126 753,00	115 910,13	115 873,80	-10 879,20	91,42%
Rendimentos de propriedade	259 328,00	217 213,18	217 213,18	-42 114,82	83,76%
Transferências Correntes	3 899 007,00	3 797 153,41	3 797 153,41	-101 853,59	97,39%
Venda de bens e serviços correntes	541 897,00	462 092,33	460 960,52	-80 936,48	85,06%
Outras receitas correntes	115 001,00	14 327,24	14 327,24	-100 673,76	12,46%
<b>Receitas correntes</b>	<b>5 735 388,00</b>	<b>5 352 873,27</b>	<b>5 348 885,96</b>	<b>-386 502,04</b>	<b>93,26%</b>
Vendas de bens de investimento	11,00	13,87	13,87	2,87	126,09%
Transferências de capital	543 601,00	408 434,12	408 434,12	-135 166,88	75,13%
<b>Receitas de capital</b>	<b>543 612,00</b>	<b>408 447,99</b>	<b>408 447,99</b>	<b>-135 164,01</b>	<b>75,14%</b>
<b>Reposições n/abatidas nos pagamentos</b>	<b>1 500,00</b>	<b>396,05</b>	<b>396,05</b>	<b>-1 103,95</b>	<b>26,40%</b>
<b>Saldo da Gerência Anterior</b>	<b>52 409,38</b>	<b>52 409,38</b>	<b>52 409,38</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6 332 909,38</b>	<b>5 814 126,69</b>	<b>5 810 139,38</b>	<b>-522 770,00</b>	<b>91,75%</b>

Em termos globais, as receitas correntes liquidadas são inferiores em 382.514,73€, das quais se destacam as transferências correntes e outras receitas correntes.

No que respeita aos valores cobrados, o grau de execução da receita corrente foi de 93,26%.

**Quadro 14 – Receita Liquidada e Não Cobrada**

Designação	Valor €
Receita orçada	6 332 909
Receita liquidada	5 814 127
Receita cobrada	5 810 139
<b>Receita liquidada e não cobrada</b>	<b>43 068</b>

A receita liquidada a terceiros e não cobrada ascende a 43.068,00€. Nos créditos a favor do Município de Fornos de Algodres estão refletidos, os montantes em débito de cobrança da fatura da água.

### 4.3. Evolução da Receita

**Quadro 15 – Evolução da Receita Global Cobrada**

Designação	2015 €	Peso %	2014 €	Varição 14-15
Impostos Diretos	742 658,60	12,90%	656 722,35	13,09%
Impostos Indiretos	699,21	0,01%	255,06	174,14%
Taxas, multas e outras penalidades	115 873,80	2,01%	100 696,75	15,07%
Rendimentos de propriedade	217 213,18	3,77%	217 714,16	-0,23%
Transferências Correntes	3 797 153,41	65,95%	3 570 895,57	6,34%
Venda de bens e serviços correntes	460 960,52	8,01%	405 325,36	13,73%
Outras receitas correntes	14 327,24	0,25%	12 167,74	17,75%
<b>Receitas correntes</b>	<b>5 348 885,96</b>	<b>92,90%</b>	<b>4 963 776,99</b>	<b>7,76%</b>
Vendas de bens de investimento	13,87	0,00%	870,00	-98,41%
Transferências de capital	408 434,12	7,09%	433 854,67	-5,86%
<b>Receitas de capital</b>	<b>408 447,99</b>	<b>7,09%</b>	<b>434 724,67</b>	<b>-6,04%</b>
<b>Total das receitas s/ reposições</b>	<b>5 757 333,95</b>	<b>99,99%</b>	<b>5 398 501,66</b>	<b>6,65%</b>
<b>Reposições n/abatidas nos pagamentos</b>	<b>396,05</b>	<b>0,01%</b>	<b>7 482,31</b>	<b>-94,71%</b>
<b>Total das receitas com reposições</b>	<b>5 757 730,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>5 405 983,97</b>	<b>6,51%</b>
Saldo da gerência anterior	52 409,38	0,00%	0,00	0,00%
<b>Total</b>	<b>5 810 139,38</b>	<b>100,00%</b>	<b>5 405 983,97</b>	<b>7,48%</b>

No ano de 2015 a receita cobrada aumentou em 404.155,41€, face ao ano de 2014.

Este acréscimo, verificado em termos globais, decorre, essencialmente, do acréscimo das Transferências Correntes, do Imposto Municipal sobre Imóveis e Outras Receitas Correntes.

**Quadro 16 – Evolução da Estrutura da Receita Fiscal**

Designação	Orçado €	2015			2014	
		Executado €	Desvio €	Taxa de Execução	Executado €	Varição 14-15
Imp. Mun. Sobre imóveis (IMI)/Contribuição autárquica	600 000,00	551 334,72	-48 665,28	91,89%	511 703,51	7,74%
Imposto único de circulação (IUC)/IMV	95 000,00	87 501,57	-7 498,43	92,11%	89 071,92	-1,76%
Imp. Mun. Sobre transm. Onerosas imóveis (IMT)/SISA	48 000,00	82 849,99	34 849,99	172,60%	35 159,53	135,64%
Derrama	46 000,00	20 972,32	-25 027,68	45,59%	20 787,39	0,89%
<b>Impostos diretos</b>	<b>789 000,00</b>	<b>742 658,60</b>	<b>-46 341,40</b>	<b>94,13%</b>	<b>656 722,35</b>	<b>13,09%</b>
Mercados e feiras	1,00	0,00	1,00	0,00%	0,00	N/A
Loteamentos e obras	100,00	0,00	-100,00	0,00%	15,50	-
Ocupação da via pública	1 500,00	56,00	-1 444,00	3,73%	12,00	366,67%
Publicidade	1 500,00	591,40	-908,60	39,43%	84,00	604,05%
Outros	1 301,00	51,81	-1 249,19	3,98%	143,56	-63,91%
<b>Impostos indiretos</b>	<b>4 402,00</b>	<b>699,21</b>	<b>-3 702,79</b>	<b>15,88%</b>	<b>255,06</b>	<b>174,14%</b>
Mercados e feiras	14 500,00	12 289,63	-2 210,37	84,76%	11 048,25	11,24%
Loteamentos e obras	9 500,00	8 748,20	-751,80	92,09%	7 120,50	22,86%
Ocupação da via pública	1 500,00	774,75	-725,25	51,65%	406,50	90,59%
Caça, uso e porte de arma	500,00	41,90	-458,10	8,38%	64,62	-35,16%
Saneamento	1,00	0,00	-1,00	0,00%	65,62	-
Outras	99 800,00	93 776,60	-6 023,40	93,96%	81 763,45	14,69%
Multas e outras penalidades	952,00	242,72	-709,28	25,50%	293,43	-17,28%
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>126 753,00</b>	<b>115 873,80</b>	<b>-10 879,20</b>	<b>91,42%</b>	<b>100 762,37</b>	<b>15,00%</b>
<b>Total</b>	<b>920 155,00</b>	<b>859 231,61</b>	<b>-60 923,39</b>	<b>93,38%</b>	<b>757 739,78</b>	<b>13,39%</b>

As receitas fiscais, englobando os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, constituem a segunda parcela mais representativa da receita corrente e da receita total cobrada ao longo dos anos, tendo aumentado 13.39% em 2015 face ao ano anterior.

Entre as receitas fiscais destacam-se os impostos diretos cujo valor arrecadado foi superior em 85.936,25€ ao executado em 2014, tendo uma evolução positiva de 13,09% relativamente ao ano transato.

Nos impostos diretos, com uma execução superior, releva-se o IMT que, em termos comparativos, teve uma execução superior em 47.690,46€ face a 2014.

Dos restantes impostos diretos, destaca-se ainda um aumento do IMI no valor de 39.631,21€.

Os impostos indiretos são influenciados, quase na sua totalidade, pelo comportamento das receitas relacionadas com a publicidade que teve um aumento em termos percentuais de 600%.

Nas taxas, multas e outras penalidades regista-se um aumento de 15%, influenciadas pelas rubricas de Mercados e Feiras, Loteamento e Obras e Outras. Esta evolução representa um acréscimo de 15.111,43€.

As receitas de capital registaram, em 2015, um decréscimo de 6,04% relativamente a 2014 ou seja, menos 26.276,68€, em resultado do decréscimo da rubrica de transferências de capital.

Nas transferências de capital são contabilizadas as receitas provenientes das participações a fundo perdido, nomeadamente de contratos com fundos comunitários e transferências da Administração Central.

**Quadro 17 – Estrutura e Execução das Receitas de Capital**

Designação	Orçada		Cobrada		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	Peso	Valor	Peso		
	€	%	€	%	€	
Terrenos	2,00	0,00%	0,00	0,00%	-2,00	-100,00%
Habitações	3,00	0,00%	13,87	0,00%	10,87	362,33%
Edifícios	3,00	0,00%	0,00	0,00%	-3,00	-100,00%
Outros bens de investimento	3,00	0,00%	0,00	0,00%	-3,00	-100,00%
<b>Venda de bens de investimento</b>	<b>11,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>13,87</b>	<b>0,00%</b>	<b>2,87</b>	<b>26,09%</b>
Fundo de equilíbrio financeiro	384 410,00	70,52%	384 410,00	94,02%	0,00	0,00%
FEDER	127 697,00	23,43%	0,00	0,00%	-127 697,00	-100,00%
Outros	31 494,00	5,78%	24 024,12	5,88%	-7 469,88	-23,72%
Serviços e fundos autónomos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	#DIV/0!
<b>Transferências de Capital</b>	<b>543 601,00</b>	<b>99,72%</b>	<b>408 434,12</b>	<b>99,90%</b>	<b>-135 166,88</b>	<b>-24,87%</b>
<b>Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	<b>1 500,00</b>	<b>0,28%</b>	<b>396,05</b>	<b>0,10%</b>	<b>-1 103,95</b>	<b>-73,60%</b>
<b>Total</b>	<b>545 112,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>408 844,04</b>	<b>100,00%</b>	<b>-136 267,96</b>	<b>-25,00%</b>

Com um desvio de -136.267,96€, devido sobretudo a FEDER e à rúbrica outros que foram previstos em orçamento e não cobrados.

#### 4.5. Transferências e Subsídios Obtidos

**Quadro 18 - Receita Proveniente de Transferências**

Transferências	2015		2014		Variação 14-15
	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %	
<b>FEF/FSM/ Participação fixa no IRS</b>	<b>4 055 140,00</b>	<b>96,42%</b>	<b>3 831 523,00</b>	<b>95,67%</b>	<b>5,84%</b>
Correntes	3 670 730,00	87,28%	3 463 951,00	86,50%	5,97%
Capital	384 410,00	9,14%	367 572,00	9,18%	4,58%
<b>Fundos Comunitários</b>	<b>40 772,60</b>	<b>0,97%</b>	<b>71 269,19</b>	<b>1,78%</b>	<b>-42,79%</b>
Correntes	16 748,48	0,40%	4 986,52	0,12%	0,00%
Capital	24 024,12	0,57%	66 282,67	1,66%	-63,76%
<b>Outros contratos programa / Protocolos</b>	<b>109 674,93</b>	<b>2,61%</b>	<b>101 958,05</b>	<b>2,55%</b>	<b>7,57%</b>
Correntes	109 674,93	2,61%	101 958,05	2,55%	7,57%
Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	N/A
<b>Transferências</b>					
Correntes	3 797 153,41	90,29%	3 570 895,57	89,17%	6,34%
Capital	408 434,12	9,71%	433 854,67	10,83%	-5,86%
<b>Total</b>	<b>4 205 587,53</b>	<b>100,00%</b>	<b>4 004 750,24</b>	<b>100,00%</b>	<b>5,01%</b>

As transferências obtidas são superiores em 200.837,29€ às recebidas em 2014.

Esta variação resulta do acréscimo das transferências correntes, resultado da nova redistribuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro.

#### 5. Movimentos de Tesouraria

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

### Quadro 19 – Resumo da Conta de Gerência – Fluxos de Caixa

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
	€	€	€
Saldo transitado de 2014	52 409,38	244 215,37	296 624,75
Receitas arrecadadas	5 760 549,17	409 941,52	6 170 490,69
Despesas Pagas	5 579 781,45	424 680,10	6 004 461,55
<b>Saldo a transitar para 2016</b>	<b>233 177,10</b>	<b>229 476,79</b>	<b>462 653,89</b>

O saldo transitado para a gerência seguinte é de 462.653,89€, que se decompõe em 233.177,10€ de saldo de operações orçamentais e 229.476,79€ de saldo de operações de tesouraria.

Esta informação é complementada com os fluxos de caixa que, através de mapa constante dos documentos de Prestação de Contas espelha a natureza e a origem e aplicações de fundos.

A evolução dos recebimentos e pagamentos de operações de tesouraria estão refletidos no quadro seguinte:

### Quadro 20 – Operações de Tesouraria

Designação	Saldo Inicial	Entrada	Saída	Saldo Final
	€	€	€	€
Clientes e utentes c/ cauções	863,22	0,00	0,00	863,22
Retenção de impostos sobre rendimentos	14 937,03	144 747,45	144 772,73	14 962,31
Restantes impostos	33 502,49	137,50	16 966,28	50 331,27
Contribuições para a Segurança Social	20 534,01	177 602,71	178 061,57	20 992,87
Outras tributações	1 267,79	48 468,93	48 406,42	1 205,28
Sindicatos	2 070,89	20 880,69	20 719,78	1 909,98
Devedores e credores diversos	171 039,94	32 842,82	1 014,74	139 211,86
<b>Total</b>	<b>244 215,37</b>	<b>424 680,10</b>	<b>409 941,52</b>	<b>229 476,79</b>

O fluxo financeiro das operações de tesouraria evidencia as cobranças que os serviços do Município de Fornos de Algodres realizaram para terceiros, ou seja, os valores entrados em cofre e destinados a outras entidades.

As operações de tesouraria desenvolvidas e movimentadas em contas correntes, por entidade e por natureza, são convenientemente documentadas à entrada e saída de fundos, conforme mapa que é parte integrante da Conta de Gerência.

**Quadro 21 – Garantias e Cauções**

<b>Descrição</b>	<b>Total</b>
	<b>€</b>
Saldo Inicial	1 617 178,00
Cauções rececionadas	0,00
Cauções devolvidas	-49 396,07
<b>Saldo para a gerência seguinte</b>	<b>1 567 781,93</b>

Estas contas refletem, para além das garantias e cauções tituladas por papel, as retenções em numerário e depósitos bancários, estando desagregadas em fornecedores e fornecedores de imobilizado e arquivadas por entidade de origem.

O mapa de controlo e prestação desta informação consta dos anexos às demonstrações financeiras e da prestação de contas, a enviar ao Tribunal de Contas.



## SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

### 6. Análise do Balanço

O Balanço e o Sistema contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2015.

**Quadro 22 - Balanço Sintético**

Designação	2015		2014		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	14-15	
	€	%	€	%	€	%
Imobilizado	39 595 407	96,37%	41 444 710	96,98%	-1 849 303	-4%
Existências	9 643	0,00%	10 649	0,00%	0	0%
Dívidas de terceiros - médio e longo prazo		0,00%	0	0,00%	0	0%
Dívidas de terceiros - curto prazo	181 789	0,44%	192 225	0,45%	-10 436	95%
Disponibilidades	462 654	1,13%	296 625	0,69%	166 029	56%
Acréscimos e diferimentos	835 963	2,03%	791 759	1,85%	44 204	106%
<b>Ativo líquido</b>	<b>41 085 457</b>	<b>99,98%</b>	<b>42 735 968</b>	<b>99,98%</b>	<b>-1 650 511</b>	<b>-4%</b>
Património	3 901 527	-85,71%	3 901 527	-84%	0	0%
Ajustamentos em partes de capital		0,00%	0	0%	0	0%
Reservas		0,00%	0	0%	0	0%
Subsídios		0,00%	0	0%	0	0%
Doações		0,00%	0	0%	0	0%
Regularizações		0,00%	0	0%		0%
Resultados	-8 453 500	185,71%	-8 564 120	184%	110 620	-1%
<b>Fundos próprios</b>	<b>-4 551 973</b>	<b>100,00%</b>	<b>-4 662 593</b>	<b>100%</b>	<b>110 620</b>	<b>-4215%</b>
Provisões para riscos e encargos	3 001 415	6,58%	2 433 837	5,13%	567 578	123%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	28 713 726	62,92%	29 483 732	62,20%	-770 007	-3%
Dívidas a terceiros - curto prazo	1 337 786	2,93%	2 008 696	4,24%	-670 910	-33%
Acréscimos e diferimentos	12 584 502	27,57%	13 472 296	28,42%	-887 794	-7%
<b>Passivo</b>	<b>45 637 427</b>	<b>100%</b>	<b>47 398 560</b>	<b>100%</b>	<b>-1 761 133</b>	<b>-4%</b>

A diminuição de 4% do ativo líquido deve-se ao efeito conjugado da redução do imobilizado (-1.849.303€) e das dívidas de terceiros de curto prazo (-10.436€) conjugada com o acréscimo das disponibilidades (166.029€) e dos acréscimos e diferimentos (44.204€).

Os fundos próprios tiveram uma ligeira melhoria em resultado da incorporação do resultado líquido positivo do exercício de 2015, em resultados transitados.

A redução das dívidas a terceiros de médio e longo prazo (-770.007€), de acréscimos diferimentos (-887.794€) e das dívidas a curto prazo (-670.910€), conjugado com o aumento, das provisões para riscos e encargos no montante de 567.578€, implicou uma redução do passivo no montante de 1.761.131€.

### Quadro 23 – Indicadores do Balanço

Indicadores	2015	2014
<b><i>Estrutura do Ativo</i></b>		
Ativo Fixo/Ativo Total	96,37%	96,98%
Ativo Circulante/Ativo Total	3,63%	3,02%
Ativo Fixo/Ativo Circulante	2657,32%	3209,64%
<b><i>Estrutura do Passivo</i></b>		
Recursos Permanentes/Passivo	166,87%	166,15%
Passivo de Longo Prazo/Passivo Exigível	98,33%	96,14%
Passivo de Curto Prazo/Passivo Exigível	7,23%	8,89%
Passivo de Curto Prazo/Passivo Longo Prazo	7,36%	9,25%
<b><i>Análise do Ativo Fixo</i></b>		
Ativo fixo/Endividamento a médio longo prazo	137,90%	140,57%
Amortizações do exercício/Variação do Imobilizado	-570,24%	-526,80%
<b><i>Análise do Passivo Exigível</i></b>		
<b>Coefficiente do Endividamento</b>		
Passivo Exigível/Fundos Próprios	-660,19%	-675,43%
<b>Coefficiente de Endividamento de Curto Prazo</b>		
Passivo Exigível Curto Prazo/Fundos Próprios	-29,39%	-43,08%
<b>Coefficiente de Endividamento a Longo Prazo</b>		
Passivo Exigível a Médio e Longo Prazo/Fundos Próprios	-630,80%	-632,35%
Passivo Exigível a Médio e Longo Prazo/Imobilizado Corpóreo	73,60%	72,07%
<b><i>Grau de Autonomia</i></b>		
Fundos Próprios/Ativo Total	-0,11	-0,11
<b><i>Grau de Liquidez Geral</i></b>		
Ativo Circulante/Exigível a Curto Prazo	1,15	0,64
<b><i>Grau de Liquidez Imediata</i></b>		
Disponibilidades/Exigível a Curto Prazo	1,01	0,54
<b><i>Grau de Solvabilidade</i></b>		
Ativo/Passivo Exigível	0,91	0,95

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro positivo face ao ano transato do Município de Fornos de Algodres.

A estrutura do ativo mantém-se praticamente inalterada relativamente a 2014. A diminuição em termos globais resulta da diminuição do ativo fixo relativamente ao ativo circulante por contrapartida do acréscimo do ativo circulante no ativo total.

Na estrutura do passivo constatou-se uma ligeira diminuição de recursos permanentes comparativamente com o ano 2014. Registou-se também um ligeiro decréscimo do passivo exigível e do passivo longo prazo.

Pese embora o decréscimo registado no ativo fixo, verifica-se uma melhoria representativa (2,67%) face ao endividamento médio e longo prazo do Município de Fornos de Algodres.

O acréscimo verificado no indicador amortizações do exercício/variação do imobilizado deve-se ao facto do valor do aumento das amortizações, em 2014, ser mais expressivo que a variação do imobilizado bruto.

Os indicadores relativos ao passivo exigível evidenciam valores negativos, mas verificou-se uma melhoria muito significativa (13,69%) devido a uma diminuição das dívidas a terceiros de curto prazo.

O Grau de Autonomia analisa a parcela dos ativos que é financiada por capital próprio. Traduz a capacidade da empresa de financiar o ativo através dos capitais próprios sem ter de recorrer a empréstimos. Este rácio em 2015 tem o valor de - 0,11.

A capacidade de financiar o ativo através dos capitais próprios esgota-se quando o rácio é igual à unidade logo podemos concluir que essa capacidade não se verifica.

Os rácios de liquidez dão ideia da capacidade da empresa para satisfazer os seus compromissos de curto prazo.

O Grau de Liquidez Geral revela-nos a capacidade que a empresa tem de solver as suas obrigações correntes. É um teste de solvência a curto prazo. O Município tem uma liquidez geral em 2015 de 1,15. Este rácio deve ser pelo menos igual a um, para que se verifique um equilíbrio financeiro mínimo e tal verificou-se. Conclui-se que o Ativo Circulante é superior às Dívidas a Curto Prazo conduzindo desta forma a um Fundo de Maneio positivo.

O Grau de Liquidez imediata é aquele que restringe ainda mais o conceito de ativos líquidos, cingindo-os às disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo de uma empresa. É utilizada pelos analistas que pretendem conhecer o grau de cobertura dos passivos circulantes por disponibilidades. O valor em 2015 é de 1,01 o que representa que as disponibilidades são suficientes para cobrir o passivo circulante.

O Grau de Solvabilidade representa a capacidade da empresa solver os seus compromissos a médio e longo prazo, isto é, a capacidade de pagar as dívidas. Traduz a posição de independência da empresa face aos credores. O Grau de Solvabilidade em 2015 é de 0,91, logo inferior a 1, que significa que a capacidade do Município em cumprir os seus compromissos está comprometida.

## 7. Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2015.

**Quadro 24 – Demonstração dos Resultados por Natureza**

Designação	2015		2014		Variação 14-15	
	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %	€	%
<b>Custos e perdas</b>						
Custos Merc. Vend. E das Matérias Consumidas	225 811	3,47%	230 069	2,82%	-4 257	-1,85%
Fornecimentos e serviços externos	1 319 205	20,26%	1 277 851	15,68%	41 354	3,24%
Pessoal	1 753 083	26,92%	1 715 776	21,06%	37 306	2,17%
Transf. e subsídios correntes concedidos	96 951	1,49%	76 486	0,94%	20 465	26,76%
Amortizações do exercício	2 242 573	34,43%	2 195 091	26,94%	47 482	2,16%
Provisões do exercício	141 306	2,17%	1 762 597	21,63%	-1 621 291	-91,98%
Custos e perdas financeiras	700 901	10,76%	793 874	9,74%	-92 972	-11,71%
Outros custos	32 890	0,51%	97 137	1,19%	-64 247	-66,14%
<b>Total</b>	<b>6 512 720</b>	<b>100,00%</b>	<b>8 148 880</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1 636 161</b>	<b>-20,08%</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>						
Vendas e prestações de serviços	418 522	6,38%	398 835	6,37%	19 687	4,94%
Impostos e taxas	857 376	13,06%	805 207	12,86%	52 169	6,48%
Variação da produção	0	0,00%	0	0,00%	0	N/A
Transferências e subsídios correntes	4 241 461	64,61%	3 981 639	63,57%	259 822	6,53%
Proveitos financeiros	231 540	3,53%	217 714	3,48%	13 826	6,35%
Outros Proveitos	815 885	12,43%	860 285	13,73%	-44 400	-5,16%
<b>Total</b>	<b>6 564 784</b>	<b>100,00%</b>	<b>6 263 680</b>	<b>100,00%</b>	<b>301 104</b>	<b>4,81%</b>
<b>Resultado liquido do exercício</b>	<b>52 064</b>		<b>-1 885 200</b>		<b>1 937 264</b>	<b>102,76%</b>

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2015 apresentam, no seu conjunto, um decréscimo de 1.636.161€ relativamente ao ano anterior.

O decréscimo das provisões do exercício em 1.621.291€ e dos custos e perdas financeiras em 92.972€ têm um peso muito significativo na diminuição dos custos.

Os custos com pessoal têm um peso nos custos da autarquia de 26,92% e são superiores ao peso dos fornecimentos de serviços externos nos custos totais.

A conta de Provisões do Exercício foi reforçada no valor de 141.306€, para fazer face a novas ações interpostas em tribunal.

Os proveitos aumentaram em 301.104€ em relação a 2014. O peso da variação dos proveitos na variação dos custos é de 118%.

O acréscimo dos proveitos deve-se sobretudo ao aumento das transferências e subsídios correntes (259.822€) e dos impostos e taxas (52.169€).

Do balanceamento entre os custos e proveitos resulta um resultado líquido do exercício positivo de 52.064,25€.

É de salientar que desde o ano 2004 não se registavam resultados líquidos positivos. O ano 2015 encerra um ciclo de maus resultados, que influenciaram negativamente os Fundos Próprios.

## 8. Dívida

### 8.1. Dívida global

A gestão da dívida está refletida no quadro abaixo.

**Quadro 25 – Evolução da Dívida Bancária**

Dívida bancária	Capital em dívida 31/12/2015	Capital em dívida 31/12/2014	Variação 14-15	
			€	%
<b>Médio Longo Prazo</b>				
Empréstimo Reequilíbrio Financeiro	29 459 414	30 809 892	-1 350 478	-4,4%
<b>Total</b>	<b>29 459 414,27 €</b>		<b>- 1 350 477,73 €</b>	<b>-4,4%</b>

A dívida bancária de médio e longo prazo integra a dívida com o empréstimo relativo ao plano de reequilíbrio financeiro. No final do ano de 2015 esta dívida ascendia a 29.459.414,27€, registando uma diminuição de -1.350.477,73 € face a 2014.

## 8.2. Serviço da Dívida

**Quadro 26 – Evolução do Serviço da Dívida**

Serviço da dívida (MLP)	2015	2014	Variação 14-15	
			€	%
Juros	649 522	750 447	-100 925	-13,4%
Amortizações	1 350 478	1 249 553	100 925	8,1%
<b>Total</b>	<b>2 000 000</b>	<b>2 000 000</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>

O total gasto no serviço da dívida foi de 2.000.000€, aumentando o valor da amortização do empréstimo na mesma proporção da redução dos juros.

## 8.3. Dívida Líquida

**Quadro 27 - Dívida líquida de Curto Prazo**

Designação	2015	2014
(1) Despesa realizada	5 874 227	5 638 240
(2) Despesa paga	5 480 224	5 439 094
(3) Receita liquidada	5 814 127	5 417 424
(4) Receita cobrada	5 810 139	5 405 984
<b>(5) Saldo bruto da dívida (1) – (2)</b>	<b>394 003</b>	<b>199 146</b>
(6) Receita por cobrar, afeta à despesa em dívida (3) - (4)	<b>3 987</b>	<b>11 440</b>
(7) Disponibilidades de tesouraria em 31.12	233 177	52 409
<b>(8) Dívida Líquida (5) - (6) - (7)</b>	<b>156 838</b>	<b>135 297</b>

A dívida líquida de curto prazo, analisada numa ótica orçamental, registou um acréscimo. Em dezembro de 2015, os créditos do Município de Fornos de Algodres para com terceiros foram inferiores ao valor da dívida bruta, o que, adicionado das disponibilidades, permite a verificação de uma dívida líquida positiva no valor de cerca de 156.838€.

#### **8.4. Capacidade de Endividamento**

O limite do endividamento líquido municipal fixava-se em “125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local, relativas ao ano anterior”, conforme definido no art.º 37º da Lei 2/2007, de 15 de janeiro.

Nos termos do artigo 98.º da Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro, vulgo Lei do Orçamento do Estado, o limite de endividamento líquido de cada município para 2015, tendo em vista assegurar uma variação global nula do endividamento líquido municipal no seu conjunto, corresponde ao menor dos seguintes valores:

- a) Limite de endividamento líquido de 2014;
- b) Limite resultante do disposto no n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, 55 -A/2010, de 31 de dezembro, 64 -B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.

O limite do endividamento de médio e longo prazo fixou-se em 4.295.122,41€.

### Quadro 28 - Limites de Endividamento

Descrição	2015
<b>Impostos Municipais</b>	
Imp. Mun. Sobre imóveis (IMI)/Contribuição autárquica	553 393,45 €
Imposto único de circulação (IUC)/IMV	87 587,96 €
Imp. Mun. Sobre transm. Onerosas imóveis (IMT)/SISA	83 438,68 €
Derrama	20 972,32 €
<b>Subtotal Impostos Municipais</b>	<b>745 392,41 €</b>
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3 459 693,00 €
Participação Fixa no IRS	90 037,00 €
<b>Montante das Receitas para Efeito de Endividamento</b>	<b>4 295 122,41 €</b>
<b>Limite do Endividamento Líquido Municipal</b>	<b>5 368 903,01 €</b>

Em 31 de dezembro de 2015 e atentos os pressupostos e condições, quer da Lei das Finanças Locais quer da Lei do Orçamento do Estado para o ano em apreço, o Município de Fornos de Algodres cumpre o limite estabelecido.

### 9. Proposta de Aplicação de Resultados

Para cumprimento das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido positivo de 52.064,25€ tenha a seguinte aplicação:

52.064,25€ para Resultados Transitados

O Presidente da Câmara Municipal.



## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **Introdução**

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis.

Os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios definidos no ponto 3.2. do POCAL. De acordo com o princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre o Balanço Final de 2015 e o Balanço Final de 2014.

Em observância com o disposto no POCAL, a ótica patrimonial prevalece sobre a ótica Económica.

### **8.1 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE**

#### **8.1.1 - Identificação**

##### **Município de Fornos de Algodres**

N.º de Identificação Fiscal: 505.592.959

Estrada Nacional 16

Apartado 15

6370-999 Fornos de Algodres

#### **Composição do Órgão Executivo entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2015:**

Presidente: António Manuel Pina Fonseca

Vereadores: Rita Isabel Almeida Silva

Alexandre Filipe Fernandes Lote

João Carlos Paulo Nunes Felício da Costa

José Fernando Almeida Tomás

### **Composição do Órgão Deliberativo entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2015:**

Presidente: José Severino Soares Miranda

Secretário: Artur Francisco Almeida de Oliveira

Secretário: Tiago Miguel Vaz de Sousa

#### **8.1.2 – Legislação**

A lei 73/2013 de 12 de setembro vem regulamentar regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e revogar a lei n.º 2-A/2007, de 15 janeiro.

Assim a lei n.º 2-A/2007, de 15 janeiro determina que os municípios e freguesias estão sujeitos às normas consagradas na Lei de Enquadramento Orçamental e aos princípios e regras orçamentais e de estabilidade orçamental.

A contabilidade das autarquias locais respeita o POCAL, e visa:

- a) O controlo financeiro e a disponibilização de informação para os órgãos autárquicos, concretamente o acompanhamento da execução orçamental numa perspetiva de caixa e de compromissos;
- b) O estabelecimento de regras e procedimentos específicos para a execução orçamental e modificação dos documentos previsionais, de modo a garantir o cumprimento integrado, a nível dos documentos previsionais, dos princípios orçamentais, bem como a compatibilidade com as regras previsionais definidas;
- c) Atender aos princípios contabilísticos definidos no POCAL, retomando os princípios orçamentais estabelecidos na lei de enquadramento do Orçamento do Estado, nomeadamente na orçamentação das despesas e receitas e na efetivação dos pagamentos e recebimentos;
- d) Na execução orçamental, devem ser tidos sempre em consideração os princípios da mais racional utilização possível das dotações aprovadas e da melhor gestão de tesouraria;
- e) A obtenção expedita dos elementos indispensáveis ao cálculo dos agregados relevantes da contabilidade nacional;
- f) A disponibilização de informação sobre a situação patrimonial de cada autarquia local.

As notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados visam facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestações de contas exigidas no ponto 2 do POCAL, no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 54-A/99 e na resolução n.º 4/2001 do Tribunal de Contas.

### **8.1.3 – Estrutura Organizacional Efetiva**

O despacho n.º 675/2013, de 10 de janeiro vem regulamentar a Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Fornos de Algodres.

A Câmara Municipal tem as competências materiais e as competências de funcionamento previstas nos artigos 34.º e 35.º da lei 75/2013 de 12 de setembro.

O artigo 24.º da lei 75/2013 de 12 de setembro circunscreve à Assembleia Municipal competências de apreciação e fiscalização e as competências de funcionamento. A alínea a) do número 2 do artigo 25.º concede à assembleia municipal as competências de acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local, bem como apreciar a execução dos contratos de delegação de competências.

### **8.1.4 - Descrição Sumária das Atividades**

A atividade da Câmara Municipal de Fornos de Algodres baseia-se na matriz de competências e atribuições definidas na lei 75/2013 de 12 de setembro nomeadamente nos artigos 34.º e 35.º.

### **8.1.5 - Recursos Humanos**

Ao abrigo do artigo 234.º da lei 1/2001 os nomes e demais elementos de identificação dos cidadãos eleitos e respetivos cargos são os seguintes:

### Quadro 29 – Responsáveis da Entidade

Nome	Situação no Organismo ou Serviço	Período de Responsabilidade	Profissão	Morada
António Manuel Pina Fonseca	Presidente	01/01/2015 a 31/12/2015	Técnico Superior Segurança Social	Praceta Bento Ménni n.º 24-B 2º Esq 6300-519 Guarda
Rita Isabel Almeida Silva	Vice – Presidente	01/01/2015 a 31/12/2015	Técnica Superior Administração Local	Qta do Comareiro 6370-041 Figueiró da Granja
Alexandre Filipe Fernandes Lote	Vereador	01/01/2015 a 31/12/2015	Farmacêutico	Estrada Nacional 16 6370-147 Fornos de Algodres
João Carlos Paulo Nunes Felício da Costa	Vereador	01/01/2015 a 31/12/2015	Técnico Superior IEFP	Rua Dr. Fernando Menano 6370-123 Fornos de Algodres
José Fernando Almeida Tomaz	Vereador	01/01/2015 a 31/12/2015	Gerente Bancário	Qta Gingeiras 6370-321 Infias

#### 8.1.6 - Organização Contabilística

Os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios definidos no ponto 3.2. do POCAL conjugados com os procedimentos constantes na Norma de Controlo Interno.

Os sistemas informáticos existentes Município de Fornos de Algodres e adstritos à contabilidade são: o Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), Sistema de Gestão de Tesouraria (SGT) e Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial (SIC) da Associação Informática de Região Centro.

## **8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

**8.2.1 – Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excepcionais, devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo e dos Resultados da Autarquia Local.**

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos.

**8.2.2 – Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

A comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem estas duas demonstrações financeiras.

### **8.2.3 - Critérios valorimétricos e contabilísticos**

#### **Imobilizações**

Os critérios valorimétricos aplicados foram os seguintes:

Foram contabilizados os bens móveis cuja aquisição ocorreu durante o ano 2015. Foram igualmente registados todos os bens imóveis de domínio público ou privado, ainda não transferidos, cuja receção tenha ocorrido até ao final do ano de 2015. Todos os registos foram realizados ao custo de aquisição ou construção.

#### **Investimentos Financeiros**

Os investimentos financeiros foram valorizados ao custo de aquisição.

### **Imobilizações Corpóreas**

As imobilizações corpóreas foram valorizadas ao custo de aquisição ou no caso das grandes reparações e beneficiações, pelo seu custo real.

Os ativos do imobilizado obtido a título gratuito estão registados pelo valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial, definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, pelo valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. No caso deste critério não ser exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser alvo de uma grande reparação, assumindo então o valor desta.

### **Imobilizações em Curso**

Estão registadas ao custo de aquisição ou construção e são transferidas para imobilizado no momento da receção provisória.

### **Bens de Domínio Público**

Os bens de domínio público da responsabilidade da autarquia, são classificados como tal, sempre que a autarquia seja responsável pela sua administração e controlo, com exceção dos bens do património histórico artístico e cultural, são valorizados sempre que possível, ao custo de aquisição ou construção, com base nos mesmos critérios definidos para o Imobilizado Corpóreo.

### **Amortizações**

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (II série).

### **Acréscimos e Diferimentos**

A autarquia regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

### **Dívidas de terceiros e a terceiros**

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Seguindo o princípio contabilístico da prudência em detrimento do princípio do custo histórico utilizado nas operações de relações com terceiros

### **Disponibilidades**

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

8.2.4 - Cotações utilizadas na conversão em moeda portuguesa de transações em moeda estrangeira.

O Município de Fornos de Algodres não efetuou transações em moeda estrangeira, nem apresenta saldos em 31 de dezembro de 2015 em moeda estrangeira em que tenha sido efetuada a conversão e atualização cambial.

### **8.2.6 – Comentário às contas 431 – Despesas de Instalação e 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento.**

A rubrica associada às despesas de investigação e desenvolvimento registou, na sua totalidade, a aquisição de projetos.

## 8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões

### Ativo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/A justamento	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates +Transferências	Saldo Final
<b>De Bens de domínio público</b>		- €	- €	- €	- €	
Terrenos e recursos naturais	226 045,44 €	- €	-€	- €	- €	226 045,44 €
Edifícios	- €	- €	-€	- €	- €	- €
Outras Construções e Infraestruturas	31 394 958,53 €	- €	116 440,05 €	- €	- €	31 511 398,58 €
Bens do património histórico, artístico e cultural	145 872,54 €	- €	-€	- €	- €	145 872,54 €
Outros bens de domínio público	- €	- €	-€	- €	- €	- €
Imobilizações em Curso	239 755,20 €	- €	47 435,00 €	- €	- 131 065,22 €	156 124,98 €
Adiantamentos por Conta de Bens de domínio Público	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Subtotal</b>	<b>32 006 631,71 €</b>	<b>- €</b>	<b>163 875,05 €</b>	<b>- €</b>	<b>- 131 065,22 €</b>	<b>32 039 441,54 €</b>
<b>De Imobilizações incorpóreas</b>		- €	-€	- €	- €	- €
Despesas de instalação	- €	- €	-€	- €	- €	- €
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	52 272,00 €	- €	68 753,31 €	- €	- €	121 025,31 €
Propriedade Industrial e Outros Direitos	29 546,28 €	- €	- €	- €	- €	29 546,28 €
Imobilizações em Curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Adiantamentos por conta de Imobilizações incorpóreas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Subtotal</b>	<b>81 818,28 €</b>	<b>- €</b>	<b>68 753,31 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>150 571,59 €</b>



<b>De Imobilizações corpóreas</b>						
Terrenos e Recursos Naturais	1 350 677,00 €	- €	- €	- €	- €	<b>1 350 677,00 €</b>
<i>Edifícios e Outras Construções</i>	26 804 619,64 €	- €	11 724,92 €	- €	131 065,22 €	<b>26 947 409,78 €</b>
Equipamento Básico	514 567,42 €	- €	111 095,31 €	- €	- €	<b>625 662,73 €</b>
Equipamento de Transporte	996 831,30 €	- €	- €	- €	- €	<b>996 831,30 €</b>
Ferramentas e Utensílios	141 151,14 €	- €	4 449,06 €	- €	- €	<b>145 600,20 €</b>
Equipamento administrativo	1 003 323,77 €	- €	32 502,31 €	- €	- 463,42 €	<b>1 035 362,66 €</b>
Taras e Vasilhame	- €	- €	- €	- €	- €	<b>- €</b>
Outras Imobilizações Corpóreas	197 463,77 €	- €	619,92 €	- €	- €	<b>198 083,69 €</b>
Imobilizações em Curso	- €	- €	- €	- €	- €	<b>- €</b>
Adiantamentos por conta de Imobilizações Corpóreas	- €	- €	- €	- €	- €	<b>- €</b>
<b>Subtotal</b>	<b>31 008 634,04 €</b>	<b>- €</b>	<b>160 391,52 €</b>	<b>- €</b>	<b>130 601,80 €</b>	<b>31 299 627,36 €</b>
<b>De Investimentos Financeiros</b>						
Partes de Capital	211 920,00 €	- €	- €	- €	- €	<b>211 920,00 €</b>
Obrigações e Títulos de Participação	319 911,26 €	- €	- €	- €	- €	<b>319 911,26 €</b>
Investimentos em imóveis - Terrenos e Recursos Naturais	- €	- €	- €	- €	- €	<b>- €</b>
Investimentos em imóveis - Edifícios e Outras Construções	- €	- €	- €	- €	- €	<b>- €</b>
Outras Aplicações Financeiras - Depósitos em Instituições Financeiras	- €	- €	- €	- €	- €	<b>- €</b>
Outras Aplicações Financeiras - Títulos de Dívida Pública	- €	- €	- €	- €	- €	<b>- €</b>

Outras Aplicações Financeiras - Outros Títulos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Imobilizações em Curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Adiantamentos por conta de Investimentos Financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Subtotal</b>	<b>531 831,26 €</b>	- €	- €	- €	- €	<b>531 831,26 €</b>

### Mapa das Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
<b>De Bens de domínio público</b>				
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €
Edifícios	- €	- €	- €	- €
Outras Construções e Infraestruturas	14 470 510,25 €	1 596 273,42 €	- €	16 066 783,67 €
Bens do património histórico, artístico e cultural	4 352,72 €	544,09 €	- €	4 896,81 €
Outros bens de domínio público	- €	- €	- €	- €
<b>Subtotal</b>	<b>14 474 862,97 €</b>	<b>1 596 817,51 €</b>	<b>- €</b>	<b>16 071 680,48 €</b>
<b>De Imobilizações incorpóreas</b>				
Despesas de instalação	- €	- €	- €	- €
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	52 272,00 €	19 749,81 €	- €	72 021,81 €
Propriedade Industrial e Outros Direitos	26 559,69 €	2 100,09 €	- €	28 659,78 €
<b>Subtotal</b>	<b>78 831,69 €</b>	<b>21 849,90 €</b>	<b>- €</b>	<b>100 681,59 €</b>
<b>De Imobilizações corpóreas</b>				
Terrenos e Recursos Naturais	8 185,10 €	- €	- €	8 185,10 €
Edifícios e Outras Construções	- €	- €	- €	- €
Edifícios	3 955 668,83 €	406 496,39 €	- €	4 362 165,22 €
Outras Construções	1 073 840,21 €	108 815,64 €	- €	1 182 655,85 €
Equipamento Básico	463 122,62 €	- €	- €	463 122,62 €
Equipamento de Transporte	910 833,48 €	31 836,49 €	- €	942 669,97 €
Ferramentas e Utensílios	137 117,48 €	3 464,96 €	- €	140 582,44 €
Equipamento administrativo	937 238,18 €	32 061,78 €	463,42 €	968 836,54 €
Taras e Vasilhame	- €	- €	- €	- €

Outras Imobilizações Corpóreas	144 504,57 €	14 552,73 €	- €	159 057,30 €
<b>Subtotal</b>	<b>7 630 510,47 €</b>	<b>597 227,99 €</b>	<b>463,42 €</b>	<b>8 227 275,04 €</b>
<b>De Investimentos em Imóveis</b>				
Terrenos e Recursos Naturais	- €	- €	- €	- €
<i>Edifícios e Outras Construções</i>	- €	- €	- €	- €
Edifícios	- €	809,51 €	- €	809,51 €
Outras Construções	- €	25 617,93 €	- €	25 617,93 €
	- €	<b>26 427,44 €</b>	- €	<b>26 427,44 €</b>
<b>De Investimentos Financeiros</b>				
Partes de Capital	- €	- €	- €	- €
Obrigações e Títulos de Participação	- €	- €	- €	- €
Outras Aplicações Financeiras	- €	- €	- €	- €
Depósitos em Instituições Financeiras	- €	- €	- €	- €
Títulos da Dívida Pública	- €	- €	- €	- €
Outros Títulos	- €	- €	- €	- €
	- €	- €	- €	- €

### 8.2.8 – Desagregação das rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações

O inventário do imobilizado não está concluído. Tendo em conta o volume da informação a tratar, têm sido analisadas contas específicas, trabalho este que permitiu encontrar o detalhe para os bens móveis, incorpóreos e bens de domínio público, no que respeita aos edifícios e outros bens, bem como para os terrenos e recursos naturais. Contudo, ainda não é possível apresentar a informação com o nível de descrição solicitado neste ponto. Nesta medida, a informação constante do mapa síntese dos bens inventariados a remeter ao Tribunal de Contas, inclui, por um lado, todos os bens inventariados até ao final do exercício.

### 8.2.12 – Imobilizações corpóreas e em curso em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia, reversíveis e respetivos custos financeiros capitalizados no exercício

- a) Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma.

Encontram-se cedidos por contrato de concessão os equipamentos relativos à distribuição de Água em alta e às ETAR's

b) Imobilizações implantadas em propriedade alheia.

Não Aplicável

c) Imobilizações reversíveis.

Não Aplicável

#### 8.2.14 – Bens do imobilizado que não foi possível valorizar

A relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, encontra-se disponível na Secção de Património e Aprovisionamento da autarquia.

A inventariação dos bens não valorizados foi realizada pela empresa Sight Portuguesa, Lda., estando os critérios e os motivos transcritos no relatório final.

#### 8.2.16 – Entidades Participadas

Denominação Social	NIPC	Sede	Participação do Município
Águas do Zêzere e Côa	505115042	Guarda	116.550,00 €
RESIESTRELA	507718232	Covilhã	49.370,00 €
Terras Serranas, SA	506468801	Fornos de Algodres	22.500,00 €
Fornos Vida, SA	509814735	Fornos de Algodres	7.500,00 €
CESAB	502883308	Mealhada	16.000,00 €

### 8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

O valor das dívidas de cobrança duvidosa no final do exercício de 2015 ascende a 9.301,40€, relativas à faturação de água.

### 8.2.26 – Contas de Ordem

Código e Designação das Contas	Saldo da Gerência Anterior	Movimento Anual		Saldo para Gerência Seguinte
		Devedor	Credor	
	€	€	€	€
<b>Garantias e Cauções</b>				
0.93 Garantias e Cauções de Terceiros				
.0932 Garantias e Cauções de Terceiros Prestadas	3 450,00			3 450,00
.09321 Prestadas por Fornecedores de c/c	1 613 727,96		49 396,10	1 564 331,86
.09322 Prestadas por Fornecedores de Imobilizado				
.09323 Prestadas por Outros Credores				
.0933 Garantias e Cauções de Terceiros Devolvidas				
.09331 Devolvidas a Fornecedores de c/c				
.09332 Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado		49 396,10	49 396,10	0,00
.09333 Devolvidas a Outros Credores				
.0934 Garantias e Cauções de Terceiros Acionadas				
.09341 Acionadas a Fornecedores de c/c				

.09342	Acionadas a Fornecedores de Imobilizado				
.09343	Acionadas Outros Credores				
<b>Total de Garantias e Cauções</b>		<b>1 617 177,96</b>	<b>49 396,10</b>	<b>98 792,20</b>	<b>1 567 781,86</b>
<b>Recibos para Cobrança</b>					
.092	Recibos para Cobrança (Receita Virtual)				
.0921	À Responsabilidade do Tesoureiro				
.0922	À Responsabilidade de Outros Agentes				
<b>Total de Recibos para Cobrança</b>					
<b>Total</b>		<b>1 617 177,96</b>	<b>49 396,10</b>	<b>98 792,20</b>	<b>1 567 781,86</b>

### 8.2.27 – Provisões Acumuladas

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19 Provisões para Aplicações de Tesouraria				- €
291 Provisões para Cobranças Duvidosas	7 266,70 €	2 034,70 €		9 301,40 €
292 Provisões para Riscos e Encargos	2 433 836,75 €	36 547,24 €		2 570 383,99 €
39 Provisões para Depreciação de Existências				- €
49 Provisões para Investimentos Financeiros				- €
<b>Total</b>	<b>2 441 103,45 €</b>	<b>138 581,94 €</b>	<b>- €</b>	<b>2 579 685,39 €</b>

Pelo princípio da prudência e após consulta aos serviços jurídicos da Câmara Municipal, foi acautelado em provisões do exercício, valores referentes a processos em tribunal que foram levantados no exercício de 2015.

Salienta-se ainda um processo contra as Aguas do Zêzere e Côa, que foi interposto por todos os municípios servidos por esta, em que se contesta os valores faturados.

### 8.2.28 – Fundo Patrimonial

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	3 901 527,41 €			3 901 527,41 €
55 Ajustamentos de partes de capital em empresas				
553 Outras variações nos capitais em empresas				
554 Depreciações				
57 Reservas				
571 Reservas legais				
575 Subsídios				
576 Doações				
577 Reservas decorrentes da transferência de ativos				
578 Regularizações Entidades Participadas				
59 Resultados transitados	- 8 505 564,09 €	52 064,25 €		-8 453 499,84 €
				- €
<b>Total</b>	<b>- 4 604 036,68 €</b>	<b>52 064,25 €</b>	<b>- €</b>	<b>-4 551 972,43 €</b>

### 8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
	€	€
Existências Iniciais	0,00	10 649,01
Compras	207 040,47	17 765,03
Regularização de existências	0,00	0,00
Existências finais	0,00	-9 643,45
<b>Custos no Exercício</b>	<b>207 040,47</b>	<b>18 770,59</b>

### 8.2.30 – Demonstração da variação da produção

Movimentos	Produtos acabados	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e Trabalhos em Curso	
	€	€	€	€
Existências Iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Regularização de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
Existências Iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento/Redução no Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00

### 8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2015 €	2014 €			2015 €	2014 €
681	Juros Suportados	694 547,16	784 021,60	781	Juros Obtidos	0,81	790,68
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	1 309,27	1 292,94
683	Amortizações de Investimentos em Imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de Investimentos em Imóveis	215 903,10	215 630,54
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participação de Capital	0,00	0,00
685	Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de Câmbio Favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros Custos e Perdas Financeiras	6 354,33	9 852,34	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	-483 688,31	-576 159,78	788	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	0,00	0,00
	<b>Total</b>	<b>217 213,18</b>	<b>217 714,16</b>			<b>217 213,18</b>	<b>217 714,16</b>



### 8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
		€	€			€	€
691	Transferências de Capital Concedidas	0,00	30,00	791	Restituições de Impostos	0,00	0,00
692	Dívidas Incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de Dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em Existências	0,00	0,00	793	Ganhos em Existências	0,00	0,00
694	Perdas em Imobilizações	0,00	0,00	794	Ganhos em Imobilizações	0,00	0,00
695	Multas e Penalidades	1 064,56	1 248,25	795	Benefícios de Penalidades Contratuais	242,72	293,43
696	Aumentos de Amortizações e Provisões	0,00	0,00	796	Reduções de Amortizações e Provisões	0,00	0,00
697	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	31 824,79	95 608,02	797	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	133 470,76	167 750,23
698	Outros Custos e Perdas Extraordinárias	0,23	250,27	798	Outros Proveitos e Perdas Extraordinárias	682 171,21	680 073,48
	Resultados Extraordinários	782 995,11	750 980,60				
	<b>Total</b>	<b>815 884,69</b>	<b>848 117,14</b>			<b>815 884,69</b>	<b>848 117,14</b>

### 8.2.33 – Outras informações consideradas relevantes

Atendendo ao previsto no artigo 61.º da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, sempre que os Municípios se encontrem em situação de rutura financeira, têm de aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal e a recorrer ao FAM.

Ainda neste domínio, determina o artigo 23.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que os Municípios devem apresentar uma proposta de Programa de Ajustamento Municipal (PAM), a qual, e ao que agora importa, deve preparar um conjunto de medidas específicas e quantificadas tendentes á diminuição da dívida total até ao limite legal.

O Município de Fornos de Algodres, apresentou à Direção Executiva do FAM a sua proposta de Plano de Ajustamento Municipal, sendo aprovada em reunião do Órgão

Executivo a 12.01.2016, e no Órgão Deliberativo a 29.02.2016, aguardando-se a emissão do Parecer do Tribunal de Contas.

### **8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução**

A informação sobre este ponto consta dos mapas que acompanham os documentos de prestação de contas, construídos de acordo com o definido no POCAL, designadamente: modificações do orçamento da receita, modificações do orçamento da despesa e modificações ao plano plurianual de investimentos.